ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

O bairro dentro do bairro e a maquiagem da pobreza: um olhar sobre olhar sobre a produção e a apropriação do espaço urbano em Arapiraca/AL

Autores:
Maria Ester Ferreira da Silva Viegas - UFAL - sterferreira302@gmail.com
Allan Higor de Oliveira Barbosa - UFAL - allan.oliveira@q-ara.org
Sarah Farias Silva - UFAL - sarahfs29@gmail.com
Henrique dos Santos Silva - UFAL - henriarqurb@gmail.com

Resumo:

O presente artigo traz uma discussão sobre a Comunidade Cabaré Velho em Arapiraca. Sob a ótica da análise espacial, busca a compreensão das relações existentes entre o lugar e o seu entorno, dialogando com os contrastes sociais e econômicos na escala do bairro. A fragmentação do tecido urbano e de seus bairros coopera para a criação e a manutenção dos privilégios de acesso e uso por parte de uma pequena parcela de seus habitantes. O Cabaré Velho se inclui na lógica do “longe” e “perto”, de “dentro” e “fora” simultaneamente, onde os moradores do lugar não se sentem “acolhidos” ou pertencentes ao bairro.

O BAIRRO DENTRO DO BAIRRO E A MAQUIAGEM DA POBREZA

Um olhar sobre a produção e a apropriação do espaço urbano em Arapiraca/AL

INTRODUÇÃO

O tema da pobreza e exclusão, mostra que ainda, na sociologia como na geografia e no urbanismo um lugar essencial é tradicionalmente dado ao espaço, local e território. Através do conceito de espaço social, este artigo questiona a relação entre as especificidades do espaço geográfico intra urbano (o centro, a periferia, os subúrbios...) e as identidades sociais de seus habitantes (burguesia, trabalhadores de colarinho branco, estrangeiros, imigrantes, raças e grupos étnicos ...) propõe-se a distinguir espaços urbanos, bairros, cuja identificação é baseada em o caráter dominante de sua população, daí as denominações bairros ricos, bairros pobres, bairros étnicos (italiano, Asiático, preto, etc.). Em alguns autores também estão sublinhados, junto aos critérios espaço (distância ao centro, mobilidade, acessibilidade), o papel do ambiente que determina a localização dos habitats "proletários" ou "pobres", “macumbeiros” e “putas”. Em suma, a marginalidade social corresponde uma marginalidade espacial.

O artigo discute a comunidade Cabaré Velho localizada nas imediações de um dos bairros nobres e mais tradicionais do município de Arapiraca no estado de Alagoas, o bairro do Itapoã. A comunidade é alvo de marginalização e estigmatização por parte dos moradores mais próximos ao centro. Nessa comunidade o Maloca (Programa de Habitação Social da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca), desenvolve um leque de atividades de extensão e pesquisa em conjunto com os alunos de Arquitetura e Urbanismo.

Na cidade de Arapiraca/AL, em meados da década de 1970, o bairro Itapoã recebia, após a “expulsão” das boates e prostíbulos localizados na área central da cidade, empreendimentos voltados ao meretrício e à vida boêmia da cidade de Arapiraca. Localidade essa que, a princípio, recebeu o nome de Bairro das Princesas, como ficou conhecido na época devido à grande quantidade de mulheres que moravam e trabalhavam no local. O declínio da região se deu com a inserção do tráfico na área. O crescimento do uso de drogas acabou fazendo com que o traficante fosse conquistando a região como um jogo de tabuleiro. O poder do crime definia a ocupação dos espaços, as atividades exercidas e controlava os profissionais que ali tinham exercício, provocando medo e afastando quaisquer tipos de movimentação na região.

Deu-se logo em seguida, a expulsão ou mesmo o fim da maioria das boates e assim o Bairro das princesas viu-se esvaziado e "abandonado". Os diversos quartos dedicados ao trabalho das garotas de programa passaram a ser ocupados como habitação precária alugados pelos que detinham o poder da boate.

A medida em que o bairro do Itapoã crescia, a comunidade se estagna e entra em um processo de decadência e assume aos poucos uma série de condenações morais perante a sociedade arapiraquense agora ainda mais violenta. Foi então que passou a ser chamada a comunidade do “Cabaré Velho”. Isso em razão do abandono e da imagem depreciativa que o tráfico e a prostituição conferiram ao lugar. Esse processo resultou na perpetuação do estigma da delinquência atribuído ao espaço, a sua marginalização e segregação sócio espacial que se estende da década de 80 até os dias atuais.

O que se trata, a priori, é como a condição histórica e social da fração do bairro possibilitou o cerceamento da espacialidade aos moradores do Cabaré Velho. Sposito (1992, p.60-62) aponta que a espacialidade contém a lógica e o sentido dado pela diferenciação social e econômica, [...] A espacialidade da rede urbana, resultado dessa diferenciação/especialização regional, é produzida pelo poder econômico. Isso tem interferência direta no modo de morar e nas relações do indivíduo com o lugar, que segundo Santos (1994) é um ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS MORADORES DO CABARÉ VELHO E GENTRIFICAÇÃO

A Exclusão social é resultado de um conjunto de processos econômicos, políticos, institucionais, culturais, frequentemente interdependentes e cumulativos que colocam as pessoas ou grupos à parte dentro da sociedade. Quando a exclusão social e a pobreza se conjugam, elas podem reforçar-se mutuamente ao longo do tempo limitando as possibilidades dos indivíduos de se manter economicamente e politicamente autônomos. A comunidade do Cabaré Velho, localizada nas imediações de um dos bairros nobres e mais tradicionais do município de Arapiraca/AL, o bairro Itapoã (Figura 1) é alvo da marginalização e rotulação por parte dos moradores mais próximos ao centro, devido a fatores históricos, sociais e econômicos e culturais, conforme discutimos a seguir.

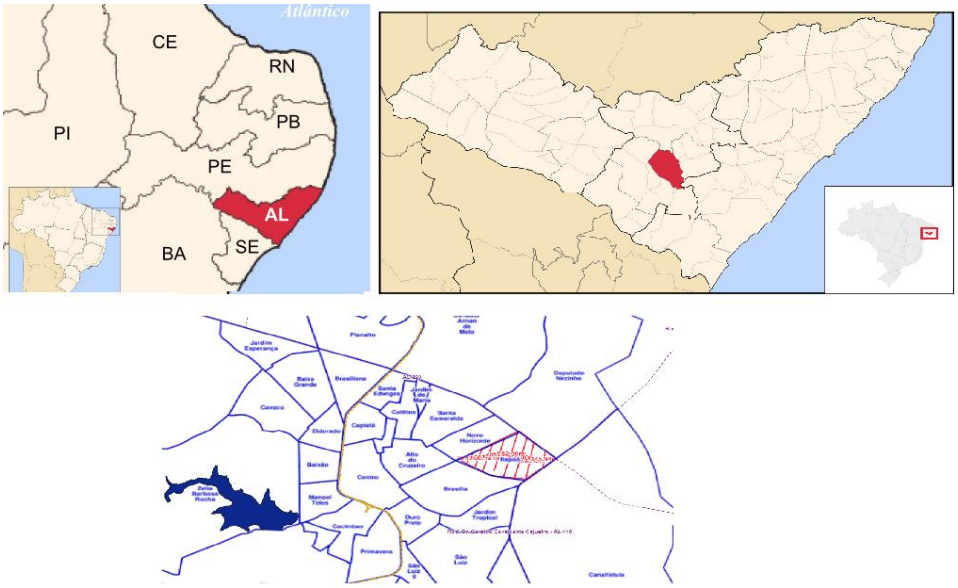

Figura 1 - Localização: Alagoas, Arapiraca e Bairro itapoã. (Fonte: Wikipedia e GEO Arapiraca)

A ocupação da área tem início em meados de 1968, quando boates que funcionavam no centro da cidade passaram a incomodar o dono de um dos colégios mais tradicionais e alguns empresários procuraram o prefeito da época, João Lúcio[1], que se responsabilizou pela remoção da boate que teria se tornado um problema para a sociedade da época. Com isso, a primeira boate a ocupar a região foi para um terreno na Rua Joana D'arc, no bairro Itapoã. Essa história é contada por um dos principais personagens da trajetória da comunidade, o Sr. Francisco, famoso pela alcunha de Chicão do bar[2], presenciou a maioria dos fatos desde a ocupação da área e até os dias atuais mantém seu negócio em uma das ruas paralelas à localização da primeira boate.

[1] João Lúcio foi prefeito de Arapiraca em duas ocasiões: entre 1957 e 1960 pela legenda da União Democrática Nacional (UDN) e em 1965 e 1970, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que era favorável ao Regime Militar iniciado em 1964. (https://goo.gl/aJwHbY, acesso em 14/11/18)

[2] Entrevista concedida em março de 2018 aos alunos da disciplina de Projeto de Arquitetura 5, ministrada pelo Prof. Dr. Ricardo Victor, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAL Campus Arapiraca.

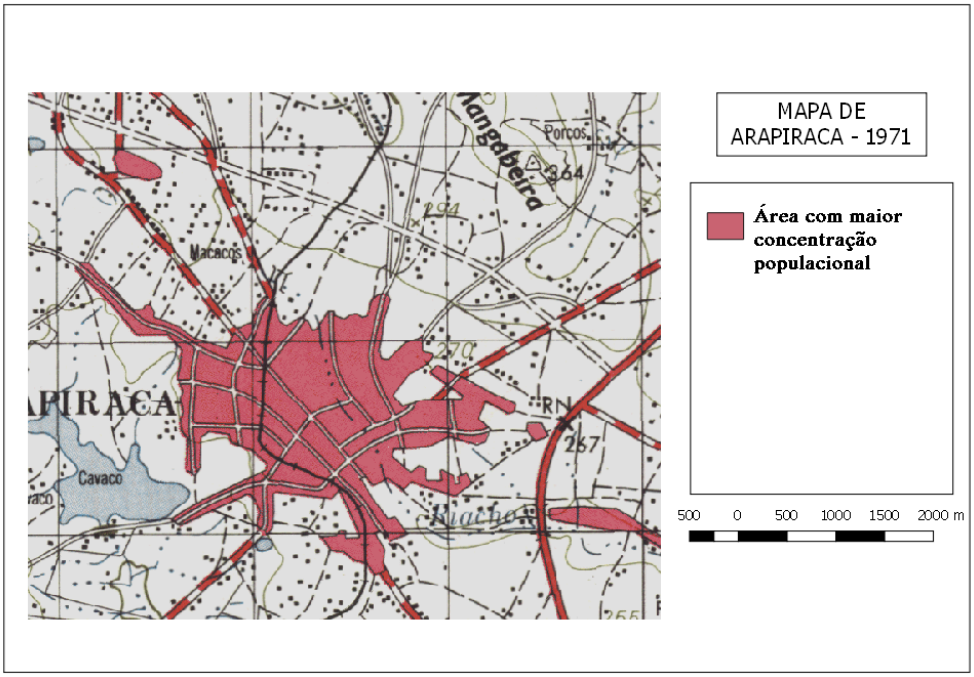

Figura 2 -Mapeamento do Exército realizado em 1971. (Fonte: Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) - Exército Brasileiro)

A fim de comparar como a ocupação do espaço se deu na época, a carta na Figura 2, produzido em 1971, foi sobreposta a imagens de satélite georreferenciadas da plataforma Google Earth. De acordo com a Figura 4, é possível corroborar o que foi abordado pela história oral no que diz respeito à remoção e inserção em uma área totalmente afastada do centro e dos bairros mais povoados. A cultura fumageira viveu seu apogeu até meados dos anos 70, quando surgiram as primeiras crises que levaram ao seu declínio na década de 90, como aponta Nardi (2004) *apud* Santos (2016). Aliando esse fato aos relatos dos moradores mais antigos da região, é possível deduzir que a área era um grande latifúndio da monocultura do fumo, popular na região e principal atividade econômica que moldou a cultura e o caráter da cidade naquela época.

Após a classe dos empresários, políticos e latifundiários da cidade notarem que aquela região poderia render um alto lucro, o Bairro das Princesas (como passou a ser chamado) recebia grandes e luxuosos empreendimentos, propriedades dos mesmos que se movimentaram para remoção do centro. Durante a ditadura militar o Cabaré Velho viveu seu apogeu, com um intenso fluxo de pessoas em todos os horários do dia, até a hora do "fecha", determinada pelos militares da época. Apontado por Chicão, foi ilustrado um mapeamento das boates e bares como ilustrado na Figura 2. Para mensurar a força da área como lugar da boemia alagoana, a boate Madri comportava 28 quartos e empregava cerca de 45 mulheres.

Figura 3 - Mapeamento das boates na década de 1970 no Bairro das Princesas. (Fonte: Adaptado do Google Maps pelos autores)

A chegada de um policial foragido do Estado de Pernambuco e acusado de assassinar um colega de farda no início da década de 1980, foi o grande marco do declínio das atividades na região.

Apoiado e protegido pela polícia local, tinha passe livre para comercializar droga e exercer um poder autoritário na região, expulsando moradores e adquirindo propriedades à força, fazendo a constante do medo cada vez mais presente através do tráfico e da violência. Esse fato contribuiu para que o Bairro das Princesas fosse visto como lugar de crime e seus castigos, a partir das narrativas de assombro dos que eram expulsos ou que frequentavam o local.

Figura 4 - Sobreposição de mapas: a localização do Cabaré Velho na década de 70. (Fonte: Google Earth e Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) - Adaptado pelos autores)

A expansão horizontal da cidade de Arapiraca fez com que as residências e alguns pontos de comércio chegassem até a área que antes era isolada. A Figura 3 mostra como se dá a inserção do chamado Cabaré Velho no espaço urbano do bairro Itapoã atualmente. Glebas utilizadas para a plantação ou mesmo terrenos baldios acabaram se tornando loteamentos que valorizaram o preço da terra no referido bairro.

Figura 5- Área do Cabaré Velho no Bairro Itapoã, em Arapiraca/AL, delimitada em vermelho. (Fonte: GEO Arapiraca)

O que anteriormente, como aponta Souza (2012, p.41), eram áreas utilizadas para a agricultura que acabaram sendo inseridas no contexto da expansão física da cidade, passando a ser amplamente valorizadas no processo de metamorfose do uso agrícola para uso urbano. Importa nesse sentido considerar que o mercado imobiliário na cidade de Arapiraca é atualmente uma das grandes atividades econômicas. Conforme Santos *et al* (2016)

> "A expansão urbana de Arapiraca, neste lapso temporal estudado, compreendeu uma dinâmica de desenvolvimento territorial ditada pelo mercado, desconsiderando pareceres e estudos técnicos a respeito da expansão da cidade para dar lugar ao crescimento físico como forma de arrecadação financeira rápida e lucrativa das incorporadoras imobiliárias. " (SANTOS *et al,* 2016)

Isso explica como a lógica favorável ao setor imobiliário em evidência tem contribuído para o planejamento urbano enquanto prática segregacionista e excludente na cidade de Arapiraca. O recorte estudado nesse artigo é uma fração que ilustra o que ocorre em todo município, que sob uma perspectiva de cidade pós-moderna segue a agenda similar

ao que foi a Carta do Novo Urbanismo, da década de 1980, onde, segundo Romão e Neves (2016, p.19) o movimento aposta no protagonismo do mercado imobiliário, reduzindo o papel do estado como agente norteador do desenvolvimento urbano, só que os direitos são voltados para quem pode pagar para usufruí-los.

Com isso, questiona-se como a dinâmica urbana da cidade de Arapiraca interfere na vida dos que habitam a comunidade. Como se dá o impacto com o entorno caracterizado por populações de classes mais altas, originalmente mais próximas ao centro e que agora sob a visão de que a terra passa a ser mercadoria passa a ocupar os extremos da cidade?

Um espaço com funções urbanas tende a ser um local de atração, onde pessoas enxergam a cidade como possibilidades de melhoria de vida, ofertas de emprego, serviços e oportunidades de crescimento econômico. O problema é que esse aumento de demanda por parte da população cada vez maior não é suprido por que o espaço urbano é também concentrado e ordenado conforme o interesse do capital.

Como fruto da dinâmica de expansão do número de habitantes e da malha urbana das cidades, surgem as áreas privilegiadas - espaços que apresentam rede urbana e qualidade de serviços melhores que os demais pontos da cidade. Isso origina o que é conhecido por segregação socioespacial. Segundo Castells (1986), esse movimento pode ser definido pela tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também em hierarquia.

Considerando as novas ações realizadas no espaço anteriormente ocupado pelas atividades de plantio de fumo e afins, posteriormente ocupado pelos prostíbulos e abandonado, a história que se repete com a criação de novas dinâmicas sob a ótica do fenômeno da gentrificação. Medeiros (2018, p.83-97), em seu trabalho sobre os Conjuntos Habitacionais de Natal-RN, levanta o debate sobre a gentrificação e descreve como esse fato tem sido percebido ao longo dos anos pelos estudiosos. No nosso caso, ponto a ser discutido é a maneira como o fenômeno impacta no modo de vida da população. Smith (1987) *apud* Medeiros (2018), os reflexos são não somente mudanças sociais mas também físicas e econômicas, principalmente no que se refere ao mercado de habitação, é uma combinação de fatores.

No início do século, a região passou a ser ocupada pelas classes que ocupam uma posição social privilegiada e estimulou uma série de mudanças espaciais, principalmente a partir da instalação da Avenida Deputada Ceci Cunha, a “Avenida do Futuro”, como é popularmente conhecida. Souza (2012, p.67) demonstra, através da análise dos resultados de uma pesquisa de campo, que morar na Avenida representa uma série de fatores benéficos àquele que ali reside, como acesso à segurança, infraestrutura e boa localização. A via se torna referência como um bom ponto para fixar residência. Ainda Souza (2012):

> Os investimentos dos proprietários, realizados nas construções dos imóveis, permitem destacar a avenida como um dos diferenciais na malha urbana da cidade e, deste modo, passam a atrair novos moradores com

> nível socioeconômico semelhante. Assim, dá-se paulatinamente a consolidação de um novo conteúdo social. (SOUZA, 2012, p.68-69)

Esse novo conteúdo social é o fruto das novas práticas espaciais no bairro e nas proximidades da Avenida que simboliza o progresso arapiraquense. A gentrificação é um processo lento e que não acontece na totalidade de uma área. Marcuse (1985) *apud* Medeiros (2018) indica que o fenômeno da gentrificação, muitas vezes, não ocorre longe do abandono e ambos são mutuamente relacionados, onde um acentua o outro.

Segundo a ONU, estima-se que entre 25% e 35% das pessoas moradoras de grandes cidades estejam no limite da pobreza e extrema pobreza. A segregação involuntária é forjada e leva à periferização de grupos sociais, por vários aspectos. A favelização demonstra então as consequências desta distribuição falha do tecido urbano, ao concentrar baixa infraestrutura, falta de saneamento básico e pavimentação, autoconstrução, muitas vezes irregular e preenchida de descaso.

O LUGAR E SUAS CONDICIONANTES

O município de Arapiraca, conhecido como capital do agreste ou "metrópole do futuro" viveu anos intensos de modificação da sua economia durante as décadas de 70 e 80. O seu crescimento foi pautado pelas atividades comerciais e pela cultura fumageira. Em termos de urbanização, a cidade cresce horizontalmente à medida da implantação de novos conjuntos habitacionais e a abertura de loteamentos. De acordo com o Censo IBGE (2010), 84,8% da população vive em áreas urbanas, enquanto apenas 15,2% na zona rural. É um número consideravelmente elevado em comparação com as cidades circunvizinhas, o que denota à Arapiraca uma característica de um grande centro do agreste alagoano, como ilustrado na tabela 1.

Tabela 1 – Porcentagem populacional urbana e rural dos municípios do agreste alagoano		
Cidade	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Arapiraca	**84,8**	**15,2**
Coité do Nóia	32,4	65,8
Craíbas	32,37	67,63
Feira Grande	16,05	67,63
Girau do Ponciano	30,87	69,13
Igaci	24,55	75,45
Junqueiro	32,74	67,26
Lagoa da Canoa	50,22	49,78
Limoeiro de Anadia	8,32	91,68
São Sebastião	38,45	61,55

Com esses dados, já é possível delinear à cidade esse caráter de centralidade e também compreender sua conformação urbana. Em cidades com índice de população urbana elevado, a disputa pelo solo urbano é intensa. O capital imobiliário exerce uma pressão cada vez maior sobre os órgãos públicos, que, em boa parte de suas ações, passa a atender interesses específicos. A fim de comprovar a situação do planejamento urbano, pode ser analisado o Déficit Habitacional (2010) elaborado pela Fundação João Pinheiro, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Déficit Habitacional na cidade de Arapiraca				
Déficit Habitacional Total	Urbano	Urbano Relativo (%)	Rural	Rural Relativo (%)
7377	6962	14	415	4,8

Como variáveis do déficit habitacional, alguns pontos ajudam a desenvolver uma linha de raciocínio que revela pontos interessantes, como o elevado número de coabitações urbanas, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 3 – Coabitação Familiar Urbana e Domicílios Precários			
Domicílios Precários Urbanos Total	Domicílios Precários Urbanos Relativo (%)	Coabitação Familiar Urbana Total	Coabitação Familiar Urbana Relativa (%)
280	0,6	3410	6,9

Importante ressaltar também a informação da quantidade de domicílios incluídos na variável “Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente)”, que mostra

um número de 37.831 domicílios. Um número alto, principalmente se relacionado ao número de coabitações familiares urbanas, estima-se que uma parte delas esteja inclusa nessas condições.

Na corrente de pensamento denominada geografia humanista, existem diferentes considerações sobre o que é o lugar. Tomando como base a corrente crítica, baseada no materialismo histórico-dialético, representada por David Harvey, Doreen Massey e Milton Santos, consideram o lugar não somente como algo histórico, mas como um pontos de conexão com o resto do mundo e relações de interação social. Como afirma Rodrigues (2015, p. 5042), os autores inserem um “sentido global de lugar” definido pelas relações que mantêm com a exterioridade.

Ainda de acordo com Rodrigues (2015, p. 5037) o lugar é visto como o locus do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade social. Comunidade do Cabaré Velho não é "vista", que seus moradores não se sentem pertencentes ao bairro. Existe uma relação conflitante deles com o entorno, onde o sentimento de pertencimento é questionado pelos moradores que chegaram ao local após a especulação imobiliária como afirma Souza (2012). O Cabaré Velho é pouco citado em documentos oficiais no âmbito municipal. Tem um destaque maior no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2014). O documento define que a área concentra um elevado número de cortiços com área inferior a 25m² e densamente ocupados por pessoas e animais, ressaltando a insalubridade dos domicílios. A falta de saneamento e as más condições das ruas também são destacados. O que contrapõe quando o próprio documento coloca como a comunidade tendo a acessibilidade boa[3], visto que existem valas por onde o esgoto escorre e as ruas não são pavimentadas, tendo diversos buracos e poças. O documento ainda expõe que, segundo os moradores, outro problema da comunidade é a distância para os equipamentos públicos, estes que são descritos anteriormente como aqueles que tem um atendimento satisfatório. Apesar do bairro dispor esses equipamentos, o acesso para os moradores é difícil.

Além disso, o PLHIS ainda expõe que os equipamentos públicos são descritos anteriormente como aqueles que tem um atendimento satisfatório, segundo os moradores[4], um dos problemas da comunidade é a distância para os equipamentos públicos,. Apesar do bairro dispor esses equipamentos, o acesso para a população é difícil.

O discurso de lideranças no bairro e na comunidade em questão são visões que devem ser consideradas quando se trata de estudar o lugar. Durante as visitas, conversas com a agente de saúde, com o Pai Alex Gomes, (ou Pai Alex, como é conhecido) presidente da ONG que presta assistência na região, moradores do entorno e o presidente do bairro Itapoã.

[3] Com topografia levemente inclinada, a acessibilidade é boa, apesar de não possuir pavimentação nem drenagem. A área não tem saneamento e a coleta de lixo é realizada uma vez por semana. O bairro, onde está inserido o Cabaré Velho, é dotado de equipamentos urbanos: escola, posto de saúde em construção, creche, que atende a comunidade de forma satisfatória. (PLHIS, 2014, p.60)

[4] Com base no questionário para diagnóstico da comunidade, aplicado em março de 2018 pelos alunos da disciplina de Projeto de Arquitetura 5, ministrada pelo Prof. Dr. Ricardo Victor, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAL Campus Arapiraca.

Fazendo um recorte sobre a opressão que existe das partes melhor classificadas socialmente em relação ao Cabaré Velho, Elisângela, agente de saúde responsável pela área, reforça que na Unidade Básica de Saúde existem ações nos setores de responsabilidade de cada profissional, havendo reuniões em cada setor, onde outras partes do bairro comparecem. Segundo o relato, quando a reunião acontece dentro da comunidade, as faltas são em número bem maior que em outros casos.[5]

A diferenciação, preconceituosa e às vezes racista e intolerante, oriunda da segregação e a injustiça social está diretamente ligadas à má distribuição das riquezas e à perpetuação dessas condições desiguais apenas pela condição de existir. As imposições que as alterações espaciais deram ao local caracterizaram uma forte pressão sob a "bolha" dos excluídos. Souza M.L. (2011, p.84) coloca que essas questões são rapidamente atreladas à outros problemas, como por exemplo à problemas ambientais, onde os pobres são imediatamente culpados por alguns impactos, enquanto em última análise, a elite dominante (com maior capacidade de se proteger desses impactos) é quem lucra - adquirindo a responsabilidade pelos fatos mas não sendo julgada por isso - e quem menos sofre com essa condição.

A reação a esses problemas, que muitas vezes descaracterizam o lugar, se dá de maneiras diferentes. Em um espaço capitalista, a relação que prevalece é a da acumulação e da reprodução do capital, o que exerce um impulso para a ocupação total da área e, por conseguinte, remoção gradual da população residente que possuem e são parte das referências do lugar, alterando todas as relações estabelecidas anteriormente. É sobre esse modelo que se discute a seguir.

PONDERAÇÕES SOBRE A CIDADE ENQUANTO NEGÓCIO E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ARAPIRAQUENSE

Basta um olhar atencioso sobre a produção do espaço da cidade de Arapiraca para notar o tamanho da interferência do mercado imobiliário na sua formação, como apontado anteriormente. Ao utilizar o termo "cidade enquanto negócio", refere-se às estratégias e a relação promíscua entre o Estado e o Mercado, muitas vezes passando por cima da legislação.

Para entender a maneira como o capital se apropria da cidade, é importante pontuar quão incertas ou dicotômicas se tornam as transformações urbanas sob a ótica de que a cidade deve ser pensada como produto das relações humanas. O cunho fragmentador da cidade capitalista possibilita a transformação dela em produto e em meio de circulação do capital, e vice e versa. Uma relação cíclica e viciosa que envolve poder (capital), conflitos fundiários e o ente regulador (Estado).

[5] Informação verbal adquirida em visita ao 4º Centro de Saúde do Bairro Itapoã.

Isso se torna evidente quando a cidade passa do status de construída através das relações sociais enquanto unidade - ainda que com características variantes de região para região - para o modelo que deixa de atender as necessidades da população para uma boa qualidade de vida e privilegia os interesses dos especuladores, grandes latifundiários e detentores do capital.

Em suma, Alvarez (2015, p.66) afirma que o que parece estar posto é que a contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada e mediada pela propriedade, bem como as necessidades e os interesses de classe, fundamentam o processo de produção da cidade capitalista.

O modelo de desenvolvimento socioeconômico que exigiu a urbanização rápida na região produziu cidades fortemente marcadas pela presença de áreas periféricas precárias. Em um país historicamente ruralista, a busca pelas terras urbanas ao longo do século XX se tornou cada vez mais acentuada, invertendo os dados populacionais dessas duas variáveis. Rolnik (2000) mostra que no período entre 1960 e 1996, a população urbana foi de 31 milhões para 123 milhões de habitantes. Desse modo, o crescimento incontrolável das cidades provocou o contrário do que era pensado no início do processo de urbanização: a reprodução da desigualdade social.

A legislação vigente que pauta o desenvolvimento da cidade é o Plano Diretor Participativo do Município de Arapiraca (PDPMA), instituído pela Lei Municipal nº 2424/06. Sob a perspectiva dessa lei, é discutido toda dinâmica de desenvolvimento da cidade pelo prazo de dez anos, período indicado para a sua revisão e análise da validade dos instrumentos, segundo Oliveira (2001, p.22).

Dentro do processo histórico, as cidades pequenas e médias (como Arapiraca) se tornaram um grande atrativo comercial e econômico para as empresas e indústrias da região, cria-se uma forte inter-relação mercado e Estado. O fato dessa relação existir não necessariamente representa algo ruim, mas o modo que ela se dá representa o esboço de uma ameaça ao que é posto pelo Estatuto da Cidade e pela Constituição Federal. Assim explica Alvarez (2015, p.67) ao relatar o início da formação do mercado imobiliário no final do século XIX, principalmente em São Paulo. A “mercadificação” cresce na cidade sob a ótica de um processo incoerente: a troca de favores e a participação direta nas decisões da gestão municipal se contrapõem às medidas e legislações criadas em prol da equidade social e das garantias do direito à cidade.

Considerando a associação citada acima, as condições de moradia, os fatos históricos, pode ser levantada a seguinte questão: de qual maneira a escala do bairro interfere na menores escalas (comunidade e na habitação)?

O planejamento urbano como suposta ferramenta para garantia do direito à cidade interfere diretamente no modo de produção da habitação. O conceito de integração proposto na Nova Agenda Urbana aprovada pela Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano (UN-HABITAT III) traz como uma de suas derivações a provisão de melhorias para a cidade como um todo, de acordo com a integração entre planejamento e desenho urbano.

Idealizando isso, pode-se ter a habitação como um reflexo das ações que aquilo que é externo provoca. Precisamente, o resultado se dá da perspectiva do processo autoconstrutivo e da opressão que o meio onde o assentamento precário está inserido.

A condição de isolamento dentro do bairro Itapoã é o que gera ponderações a respeito da segregação socioespacial e da fragmentação territorial urbana. Embora a comunidade esteja situada no setor definido pelo IBGE no Censo 2010 em que a Renda Média é de R$ 1.192,00, conforme aponta a Figura 6, a realidade do Cabaré Velho destoa de seu entorno[6] e revela a característica da gentrificação, como discutido anteriormente, representando o avanço do capital imobiliário.

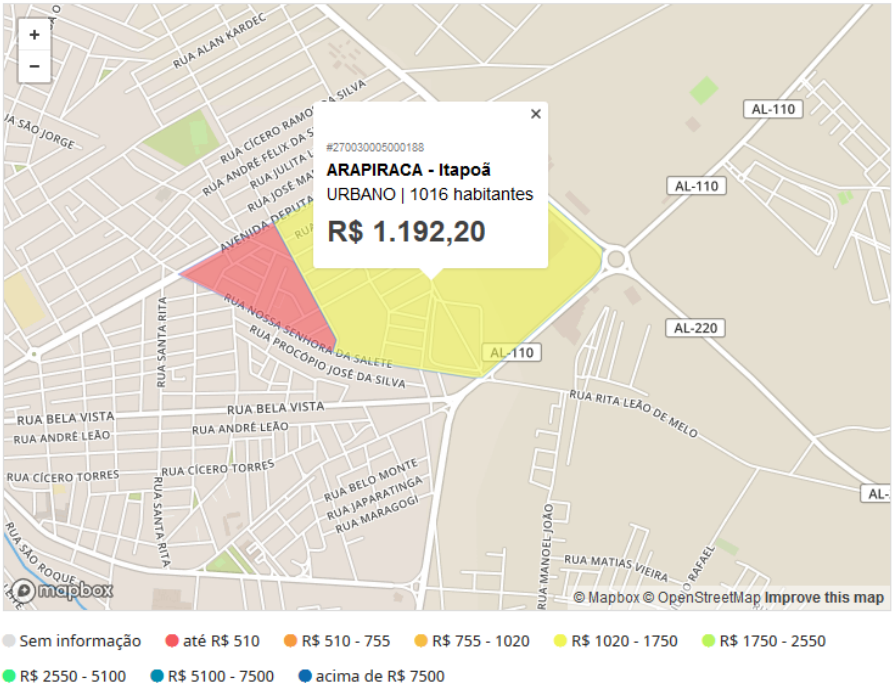

Figura 6 - Renda média nos setores do bairro itapoã. (Fonte: Datapedia)

A questão do avanço do capital pode ser definida por dois pontos principais: a propriedade privada e o preço da terra. Harvey (1990, p. 372) *apud* Alvarez (2015, p.72) declara que o que é comercializado é a renda que a terra produz e não puramente a "terra". É o que ele chama de capital fictício. Basicamente é o que constitui o processo de especulação imobiliária na região estudada. O dono adquire o direito sobre os ganhos futuros previstos, protelando seu uso (descumprindo a exigência de que a terra possui uma função social) e iluminando o violento processo de reprodução capitalista da cidade.

Famílias que se encontram excluídas do mercado imobiliário formal devido sua menor renda promovem a construção de suas moradias de maneira que é possível de

[6] Até o momento da realização da pesquisa, não existiam valores absolutos sobre a renda média familiar no Cabaré Velho. A informação recebida na ONG Casa de Caridade e com os moradores, é que grande maioria das famílias sobrevive de auxílios como Bolsa Família, aposentadoria e complementam a renda através da coleta de lixo para reciclagem.

acordo com sua situação financeira. Algumas passam a ocupar terrenos e lotes desocupados, longe de toda formalidade da cidade. O que é falado pode ser definido como a Cidade Real, discutida por Maricato (1996), que inclui a irregularidade do morar (como visto em diversos assentamentos), a insegurança e exclusão.

O controle urbanístico e o poder de polícia são exercidos apenas na chamada cidade oficial. O direito à cidade para todos passa pelo acesso à urbanização como também pelo acesso à condição habitacional legal. É o que Maricato (1996, p. 69 e 70) afirma no tópico intitulado "Direito à ocupação, sim. Direito à cidade, não". Assim como o relatado por Maricato (1996, p.27), em Arapiraca, a cidade real é desconhecida pelas classes dominantes, que, de acordo com um planejamento que concentrou serviços e infraestrutura, vivem numa bolha que a autora denomina como "ilhas de primeiro mundo". Além de ser uma questão social, também é uma questão institucional.

Com isso, a comunidade do Cabaré Velho pode ser classificada como um território que está numa linha tênue entre a integração com a cidade formal e a irregularidade urbanística. Compreendendo que a comunidade se encontra na faixa de renda que compõe grande parte do déficit habitacional, a autoconstrução acaba sendo a saída predominante e mais viável para o acesso à moradia. Portanto, a precariedade do assentamento não é proveniente apenas da maneira como se constrói, mas da ausência de providências do poder público para com as políticas habitacionais. A maneira com que a cidade ao redor apresenta influência é justamente o choque entre o formal e o informal, o legal e o legítimo, o habitar e o morar. O que resulta é opressão, preconceito e descaso para com a população residente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de não-pertencimento dos moradores ao bairro Itapoã é uma resultante de fatores históricos e sociais inseridos no contexto local. Com dinâmicas próprias e uma organização interna auxiliada por uma Organização Não-Governamental (ONG), a população da comunidade do Cabaré Velho busca sobreviver diante de violentos processos de segregação e gentrificação da área.

Além do problema com a segregação, a comunidade também sofre com problemas habitacionais. Uma ocupação irregular, com moradias insalubres, compõe o cenário local. Fruto da especulação, a favelização tem sido uma das justificativas para as tentativas de remoção do assentamento. A população do entorno e empresários interessados na valorização da terra próxima à favela utilizam como justificativa para remoção o que chamam de desordem, acúmulo de lixo e a violência. O documentário "Limpam com Fogo" retrata a relação dos incêndios nas favelas de São Paulo com a especulação imobiliária, dadas as proporções, assemelha-se com a situação do Cabaré Velho: o entorno da comunidade culpa a favela e a população marginalizada por todos os problemas do bairro.

Outros fatores, como a proximidade de uma das principais vias da cidade, a Avenida Ceci Cunha (popularmente conhecida como Avenida do Futuro) e da Área Verde Dom

Constantino Leurs geram uma pressão para que a favela seja removida. O presidente da Associação dos Moradores do Bairro Itapoã, em entrevista, afirmou que a Prefeitura possuía um projeto de expansão da área verde, que passaria por onde a favela está localizada, ocasionando a expulsão dos moradores e realocação em conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida.

As premissas que partem de uma associação que justifica a remoção em prol da melhoria do bairro, demonstra a ausência de comprometimento com parte da comunidade que sofre com os problemas originados pela relação perversa entre o mercado e os órgãos gestores públicos. Um problema estrutural que interfere diretamente na maneira em que o morador enxerga o lugar que vive e a si mesmo numa sociedade marcada pelas negociatas e submissão aos interesses políticos e financeiros de uma classe dominante.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 590p

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

UN-HABITAT III. **Resolución 71/256: Nueva Agenda Urbana.** New York,: ONU, 2016.

SOUZA, Roberto da Silva de. **Uma avenida, diversas práticas espaciais: Modos de apropriação e uso do espaço da via Deputada Ceci Cunha em Arapiraca-AL.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SANTOS, J.C; SILVA, R.M.; FRANCELINO, L.C.; BARBOSA, R.V.R.; ROMÃO, S.R.L. Estudo da evolução da malha urbana de Arapiraca-AL, Brasil: um comparativo entre a cartografia do plano diretor e os mapas georreferenciados contemporâneos. **7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional Integrado e Sustentável – Pluris.** Maceió, 2016.

ROMAO, S. R. L. ; NEVES, R. R. . A fragmentação urbana na cidade contemporânea: o caso do Bairro Planejado Perucaba, em Arapiraca, Brasil. In: Gabriel Castañeda Nolasco. (Org.). **Visiones iberoamericanas hacia el hábitat sustentable. 1ed.Chiapas: Universidad Autónoma de Chiapas, 2016, v. 1, p. 17-38.**

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo, Hucitec, 1994

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de et al. Para compreender o Estatuto da Cidade. **Rio de Janeiro: IBAM/DUMA**, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Ed.). **A cidade como negócio**. Editora Contexto, 2015.

SANTOS, Marlen Barbosa. O Bairro Ouro Preto (Arapiraca-al): uma unidade espacial da cidade analisada sob geografia do passado (1970 a 1973). In: **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**. 2016.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **Segregação e gentrificação: os conjuntos habitacionais em Natal.** Natal, RN: EDUFRN, 2018. 384 p.

RODRIGUES, K. O. Conceito de Lugar: a aproximação da Geografia com o indivíduo. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XI**, p. 5036-5047, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.